

Áreas de Estudos Técnicos e Área Internacional

Pesquisa da CNM indica que falta de cooperação em políticas públicas nacionais em Municípios de fronteira impacta negativamente o combate à Covid-19 – Edição Municípios de Fronteira

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), a partir do lançamento do “Observatório da Covid-19 nos Municípios do Brasil”, realiza pesquisas diretamente junto aos prefeitos semanalmente a fim de acompanhar os temas e os assuntos que mais preocupam os gestores e, assim, informar a sociedade acerca do que está acontecendo no Brasil em relação ao enfrentamento da pandemia.

As pesquisas são realizadas pela própria CNM, por meio de seu *call center*, que possui contato com os gestores municipais de todo o país. Dessa forma, os resultados apresentados podem se constituir em um bom cenário da situação em todas as regiões.

Nesta edição procuramos investigar um grupo de Municípios bastante específico – as cidades-gêmeas e os de linha de fronteira do Brasil com nossos vizinhos latino-americanos – para apurar como está a pandemia nesses territórios.

A divisão das faixas de fronteira se dá em 3 arcos: norte, sul e central. O sul abarca os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; o central abrange os Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Norte compreende os Estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre¹, conforme mostrado na figura a seguir:

¹ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=document&layout=default&alias=697-proposta-reestruturacao-do-programa-desenvolvimento-da-faixa-fronteira-7&category_slug=mercosul-162&Itemid=965. Acesso em: 21 mar. 2021.



Fonte: Brasil (2014)².

É importante salientar que na faixa de fronteira – correspondente a até 150km adentrando o território nacional – existem 588 Municípios que constituem os três arcos. Destes, foram entrevistados 204 Municípios que compõem a linha de fronteira e as cidades-gêmeas. Registra-se que o *call center* obteve respostas de 82 Municípios sobre os questionamentos listados abaixo.

² BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Política de pessoal dos profissionais de segurança pública que atuam na Faixa de Fronteira brasileira*. Brasília, DF, 2014.

RESULTADOS

O período de coleta dos dados foi de 26 a 30 de abril de 2021. A distribuição de respondentes por cada um dos arcos está expressa na tabela abaixo:

Tabela 1 – Resultado da amostra por região geográfica

Região	Municípios	Respostas	% Respostas	Faltam
Centro-Oeste	24	12	50,0%	12
Norte	60	20	33,3%	40
Sul	120	50	41,7%	70
BR	204	82	40,2%	122

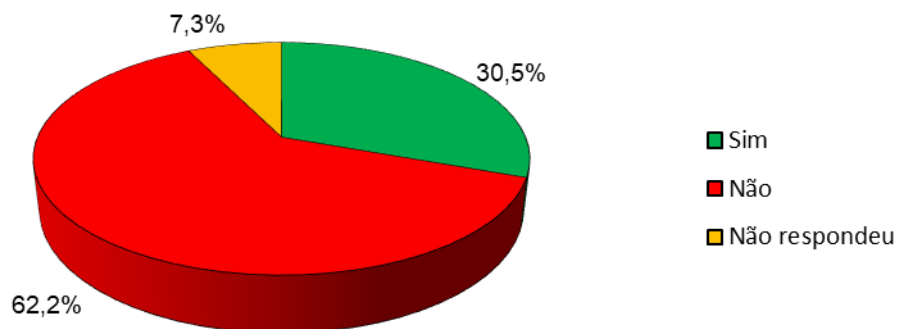
Fonte: Pesquisa Covid-19 – Edição Fronteiras.

A distribuição da amostra está presente em todas as três regiões que possuem Municípios fronteiriços. Portanto, os resultados conseguem indicar uma amostra do que está acontecendo nesta semana.

Tabela 2 – Existem medidas cooperativas estabelecidas entre os Ministérios da Saúde do Brasil e do país fronteiriço para auxiliar no combate à pandemia de Covid-19?

Resposta	Quantidade	%
Sim	25	30,5%
Não	51	62,2%
Não respondeu	6	7,3%
Total	82	100,0%

1. Existem medidas cooperativas estabelecidas entre os Ministérios da Saúde do Brasil e do país fronteiriço para auxiliar no combate à pandemia de COVID-19?

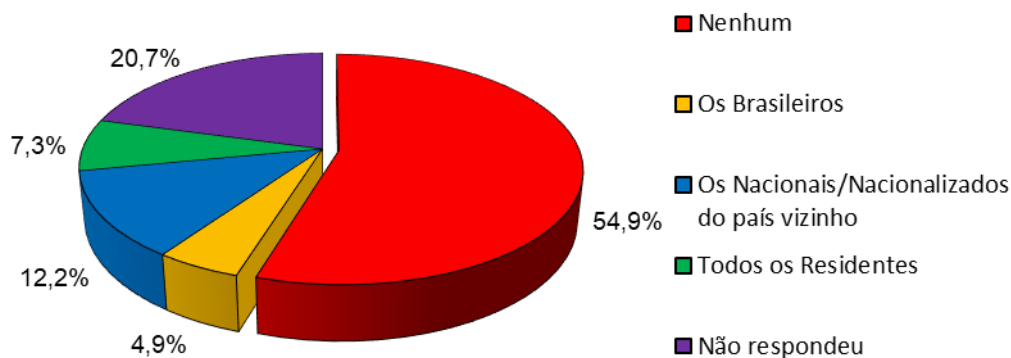


Os dados apresentam que apenas 30,5% dos Municípios pesquisados reconhecem a existência de medidas cooperativas entre os Ministérios dos dois países vizinhos, e 62,2% não reconhecem a existência de medidas de colaboração. Isso significa que a maioria dos Municípios não possui estratégias conjuntas entre os lados da fronteira, dificultando a colaboração no combate à pandemia e burocratizando ainda mais a ajuda mútua.

Tabela 3 – Qual residente do seu Município pode se vacinar contra Covid-19 no país vizinho?

Resposta	Quantidade	%
Nenhum	45	54,9%
Os Brasileiros	4	4,9%
Os Nacionais/Nacionalizados do país vizinho	10	12,2%
Todos os Residentes	6	7,3%
Não respondeu	17	20,7%
Total	82	100,0%

2. Qual residente do seu município pode se vacinar contra COVID-19 no país vizinho?

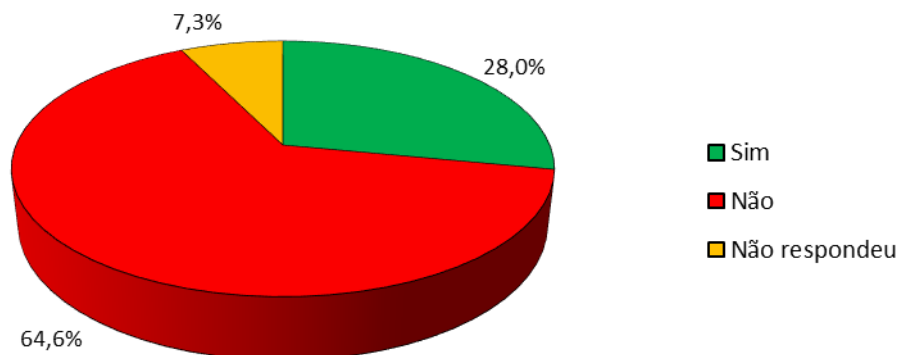


A pesquisa indica que a possibilidade de brasileiros se vacinarem em outros Municípios estrangeiros de fronteira (somando-se brasileiros e todos os residentes) é de apenas de 12,2%. Este indicador demonstra a baixa colaboração entre os Municípios fronteiriços no combate à pandemia.

Tabela 4 – Os residentes estrangeiros do outro lado da fronteira podem se vacinar contra Covid-19 no seu Município?

Resposta	Quantidade	%
Sim	23	28,0%
Não	53	64,6%
Não respondeu	6	7,3%
Total	82	100,0%

3. Os residentes estrangeiros do outro lado da fronteira podem se vacinar contra COVID-19 no seu município?



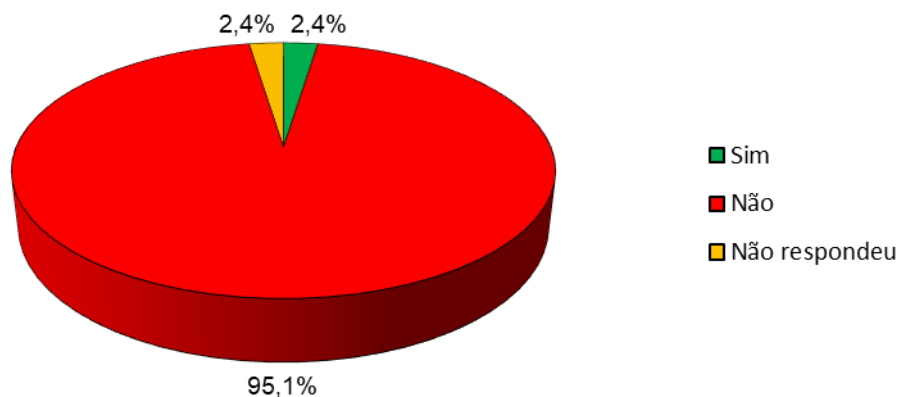
Em 28% dos pesquisados, os residentes do outro país podem se vacinar no Brasil, e em 64,6% eles não podem realizar a vacinação.

Conclui-se pelas tabelas 3 e 4 que a falta de cooperação identificada na maioria dos Municípios reflete diretamente na população, visto que o constante deslocamento de pessoas e serviços entre os Municípios se mostra como intensificador da disseminação do vírus. Como não há um plano de vacinação cooperada, a imunização é dificultada e a propagação do vírus não é combatida, gerando um problema de saúde pública conjunto.

Tabela 5 – O Município estrangeiro tem cedido ou emprestado oxigênio ao seu Município?

Resposta	Quantidade	%
Sim	2	2,4%
Não	78	95,1%
Não respondeu	2	2,4%
Total	82	100,0%

4. O município estrangeiro tem cedido ou emprestado oxigênio ao seu município?

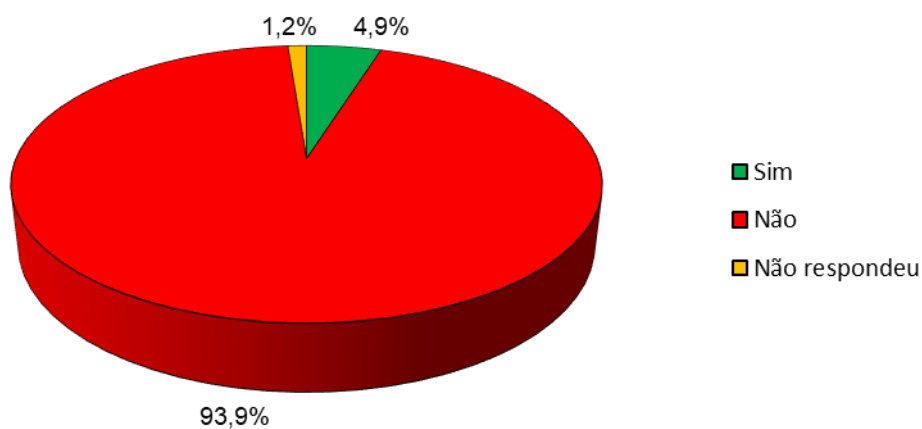


Observa-se que em apenas 2,4% dos Municípios houve empréstimo de oxigênio do país vizinho ao Município brasileiro, e em 95,1% não houve cooperação nesse ponto.

Tabela 6 – Há empréstimo ou cessão de oxigênio para o Município estrangeiro?

Resposta	Quantidade	%
Sim	4	4,9%
Não	77	93,9%
Não respondeu	1	1,2%
Total	82	100,0%

5. Há empréstimo ou cessão de oxigênio para o município estrangeiro?

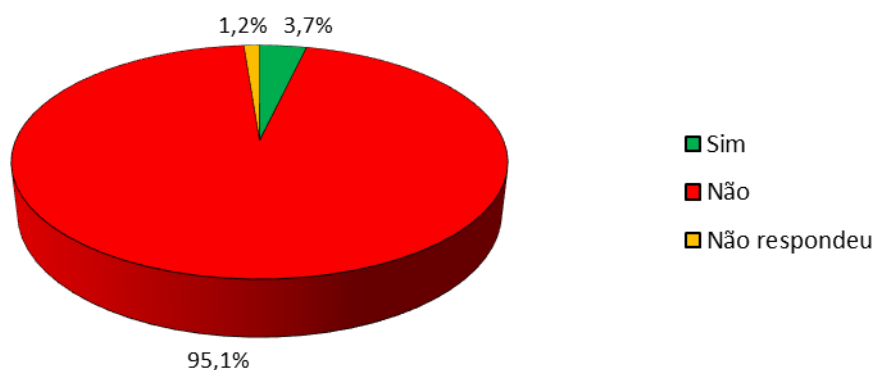


Em relação ao empréstimo ou cedência de oxigênio do Brasil para o país vizinho, somente em 4,9% foi verificada tal ação. Em 93,9% não houve cooperação.

Tabela 7 – Há empréstimo ou cessão dos medicamentos utilizados para o procedimento de sedação e intubação do seu Município para o Município limítrofe estrangeiro?

Resposta	Quantidade	%
Sim	3	3,7%
Não	78	95,1%
Não respondeu	1	1,2%
Total	82	100,0%

6. Há empréstimo ou cessão dos medicamentos utilizados para o procedimento de sedação e intubação do seu município para o município limítrofe estrangeiro?

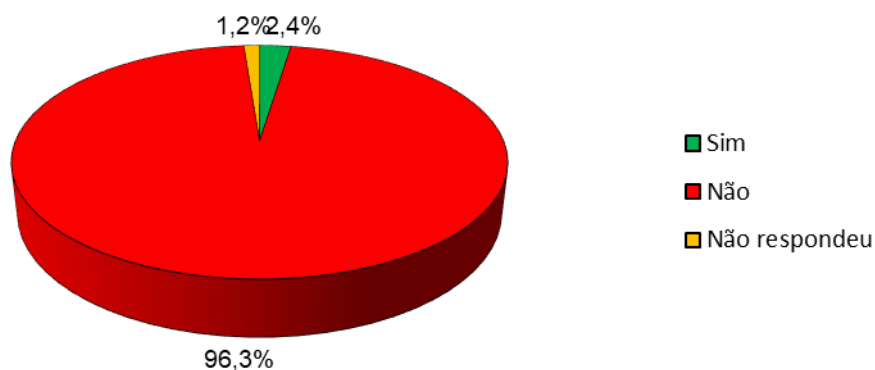


A cedência ou empréstimo de medicamentos do "Kit intubação" do Brasil para o país estrangeiro foi verificada em apenas 3,7% dos entrevistados, enquanto em 95,1% não houve cessão.

Tabela 8 – O Município estrangeiro vem emprestando ou cedendo ao seu Município medicamentos e instrumentos utilizados no procedimento de sedação e intubação?

Resposta	Quantidade	%
Sim	2	2,4%
Não	79	96,3%
Não respondeu	1	1,2%
Total	82	100,0%

7. O município estrangeiro vem emprestando ou cedendo ao seu município medicamentos e instrumentos utilizados no procedimento de sedação e intubação?



No mesmo sentido da tabela anterior, houve empréstimo por parte do Município estrangeiro somente em 2,4% dos respondentes, já em 96,3% não houve nenhuma ação nesse sentido.

Conforme apresentado pelas tabelas 5, 6, 7 e 8, é praticamente inexistente a cooperação entre os Municípios fronteiriços em relação à cessão de equipamentos essenciais para o tratamento de vítimas da Covid, como os cilindros de oxigênio, medicamentos e instrumentos utilizados no processo de sedação e intubação.

CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou o problema da falta de cooperação entre Municípios fronteiriços que, de modo geral, concentram um constante e intenso fluxo de pessoas e serviços em ambos os lados da fronteira. Essa ausência de cooperação bilateral tem impactos nocivos para a realidade das populações e para a eficácia do processo de contenção da pandemia.

A CNM espera que esses dados possam ser utilizados de forma a auxiliar os Municípios brasileiros nesse momento de extrema dificuldade e que ações concretas sejam realizadas para mitigar os problemas nos sistemas de saúde de todo o país.

Para tanto, serão encaminhados os resultados ao Ministério da Relações Exteriores (MRE) e ao Ministério da Saúde (MS), a fim de que possam servir de base empírica para a construção de políticas públicas cooperativas emergenciais de enfrentamento da Covid-19, além de amparar ações estruturantes de médio e longo prazo na área da saúde pública.